



*Nuno Reis*

## Ata nº 4/2022

### Ata da Assembleia de Freguesia de Freixedas

Aos trinta dias do mês de setembro de 2022, pelas vinte e uma horas, na sede da Junta de Freguesia de Freixedas, sita na Rua da República n.º 133, da Freguesia de Freixedas, reuniu a Assembleia de Freguesia em Sessão Ordinária, sob a presidência do Sr. Nuno Carlos Reis dos Santos, estando presentes os seguintes elementos: Carla dos Santos Raimundo, Flávio Pedro dos Santos Pina, Hélder Pires dos Santos, Maria Lucília Guedes Melo Coelho, Carla Alexandra Alves Coelho Simão, e Ana Maria dos Santos Marques. Estiveram ainda presentes, a Presidente da Junta de Freguesia, Paula Cristina Milheiro Tavares Pinheiro, o Secretário da Junta, Filipe Carlos Patrício Augusto e a Tesoureira da Junta, Carla Sofia dos Reis Poeira Inácio, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

#### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

- Leitura e aprovação da Ata da última reunião. -----
- Informação de assuntos gerais de interesse para a freguesia, sem carácter deliberativo. -----

#### PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

Ponto 1 – Apresentação, Discussão e Aprovação dos novos Preçários de Licenças e Taxas da Junta de Freguesia. -----

Ponto 2 – Outros assuntos. -----

Ponto 3 – Período destinado à intervenção do público. -----

Após a verificação da existência de quórum, o Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião, dando início ao período antes da ordem do dia, com a leitura da ata da última assembleia. Como se verificaram algumas incorreções e afirmações contraditórias em relação ao texto da ata e à minuta, esta não foi submetida a aprovação, ficando para a próxima assembleia a votação da mesma. -----

O membro do PS, M<sup>a</sup> Lucília Coelho, manifestou o seu desagrado, pelo pedido da alteração e inclusão na ordem de trabalhos do ponto da Renúncia aos Diretos do Rossio que se verificou na última reunião, na qual não esteve presente por motivos pessoais, sendo um tema tão importante e sensível para a freguesia, segundo a sua opinião, este deveria ser debatido por todos os membros da assembleia. Deveria ser proposta a realização de uma assembleia extraordinária para o tratamento específico deste assunto. O Presidente da mesa tomou da palavra e esclareceu que o assunto não era novo, nem desconhecido, pois já tinha dois anos de existência, era do



conhecimento geral da população e, dado tratar-se de um assunto urgente, conforme justificação dada na reunião e que consta em ata e pelas démarches realizadas na semana anterior, tinha sido proposta a sua análise e inclusão na ordem de trabalhos ---

A deputada, M<sup>ª</sup> Lucília Coelho, abordou o assunto da obra dos Prados (ETAR), onde questionou, se o pagamento dos terrenos estava regularizado e onde estava o comprovativo dessa ação. assim como o documento da escritura. O Presidente da Assembleia esclareceu que os terrenos estavam pagos por informação da Empresa de Águas de Portugal, que através de transacções bancárias provam essa operação. Mais informou que a necessidade de ser elaborada uma escritura com a Câmara Municipal, se deve ao fato de os terrenos serem propriedade da empresa Águas de Portugal, cuja escritura com as antigas proprietárias nunca foi realizada e, que neste momento, por necessidade de intervenção da Câmara Municipal, para facilitar o processo, a escritura se será realizada diretamente entre as antigas proprietárias e a Edilidade Pinhelense, tendo estas de emitir um documento de renúncia com a Águas de Portugal. Após apresentação deste documento será realizada a escritura de tomada de posse dos terrenos por parte da autarquia, que seguidamente possuirá todas as condições para concluir a obra. -----

De seguida, o Presidente da Assembleia passou a palavra à Sr<sup>ª</sup> Presidente da Junta de Freguesia que informo os presentes das principais ações desenvolvidas neste período de tempo: a realização dos trabalhos de limpeza (sede e anexas); a execução de um muro de segurança na rua da capela, em Espedrada, conjuntamente com o município; a continuidade de funcionamento do posto de saúde com um médico/enfermeiro assistente técnico, decisão tomada após uma reunião com a ULS da Guarda: a decisão de pavimentar as ruas, S. Martinho e Mário Dias, depois das diligências junto do município e que as mesmas estarão para breve, aguardando-se resposta do empreiteiro para a sua execução; a entrega da documentação ao Sr. Padre Ricardo, relativa ao dossier Rossio, para a realização da escritura com a Câmara Municipal; a pavimentação do espaço exterior da antiga Escola do Primeiro Ciclo, em Freixedas. Relativamente à ETAR dos Prados as marcações do terreno já foram realizadas, aguardando-se a sua confirmação por parte das proprietárias. Nada mais disse, pelo que se passou ao ponto um da ordem do dia. -----

A Sr<sup>ª</sup> Presidente de Junta de Freguesia, apresentou o documento dos novos Preçários de Licenças e Taxas da Junta de Freguesia. que, caso sejam aprovados passarão a entrar em vigor a partir do dia um de janeiro de dois mil e vinte e três. -----

Seguidamente a deputada, M<sup>ª</sup> Lucília Coelho tomou da palavra, para questionar a Sr<sup>ª</sup> Presidente da Junta do porquê destes aumentos, neste momento, afirmando que "A junta está ao serviço da população e dado o momento de crise que atravessamos acha que não era o momento ideal para tomar estas decisão". Qual a diferença entre o licenciamento e resisto de um canídeo e de um gatídeo? A Sr<sup>ª</sup> Presidente da Junta



*Maria Zita*

respondeu que o normativo tinha sido retirado do documento geral emitido pela ANAFRE e que haveria razões para que assim estivesse diferenciado. Neste ponto interveio a deputada, Carla Simão, dizendo que o registo destes animais é um processo idêntico, mas o licenciamento é diferenciado em função dos chipes atribuídos a cada uma destas categorias de animais e isto tem a ver com a DGAV - Direção Geral de Alimentação e Veterinária. -----

Após estes esclarecimentos a proposta foi posta a votação tendo sido aprovada por maioria com três votos contra, por parte da oposição do PS e quatro votos a favor dos representantes do PSD. -----

Passou-se de seguida ao ponto dois, outros assuntos, no qual foi dada a palavra à Sr<sup>a</sup> Presidente da Junta, Paula Pinheiro, que questionou Carla Simão, como elemento da anterior Junta de freguesia, no sentido de prestar esclarecimento relativamente a um projeto aprovado no PDR 2020, o qual foi objeto de um pedido de adiantamento de 50% do valor aprovado, no total de 25.625,52€, refira-se que deste valor a anterior junta de freguesia efectuou pagamentos à 'Covicôa' no montante global de 14.761,03 euros. O diferencial encontra-se numa conta afeta ao projecto, na Caixa Credito Agrícola. A questão que se debate neste momento é se o processo obedeceu ou não a contratação pública, pois não aparece qualquer documento comprovativo do mesmo. Foi feito um contacto com a 'Covicôa', a qual diz não saber ou não querer responder ao problema. A Deputada do PS, Carla Simão, respondeu que não sabia se tinha sido elaborada a contratação pública, por ter sido referenciado de que não havia necessidade de tal procedimento, e que toda a documentação se encontrava numa pasta para o efeito. A Presidente, Paula Pinheiro, retorquiu que para todos os processos desta natureza são necessários estes procedimentos, assim como a existência de três orçamentos. Mais informou, de que, depois de ter procurado, encontrou uma pasta com documentação irrelevante para o assunto em causa, mostrando o seu desacordo em relação a este contrato, primeiro pelo valor e depois pelos trabalhos prestados pela entidade contratada. Solicitou, ainda à deputada Carla Simão, para que se pudesse marcar uma data a fim de concertarem uma ida à sede da junta para tentarem resolver esta situação. -----

De seguida pediu a palavra, M<sup>a</sup> Lucília Coelho, mostrando o seu desagrado pelo processo que levou a decisão de renúncia dos direitos do Rossio, quer em relação ao "timing" quer em relação ao local. -----

O Presidente da Assembleia retorquiu, informando que em relação ao local era uma decisão da atual equipa em levar estas reuniões às diferentes localidades que compõem a Junta de Freguesia, sempre e quando se verificassem condições para o efeito, não havendo qualquer comportamento de "má-fé" pela decisão. Em relação ao assunto, havia quórum e os elementos que se encontravam na reunião eram membros de pleno direito desta assembleia, não havendo nada que impedisse a tomada de



decisão na inclusão deste assunto na reunião. Mais, afirmou que este processo é do conhecimento público há mais de dois anos, tendo já sido debatido pelo anterior executivo. Tinham sido analisados, pelos membros da maioria, os prós e os contras desta decisão, verificados os documentos existentes da decisão judicial (sentença) que regulamentava estes direitos. Além disso havia um compromisso eleitoral assumido pela presente equipa na resolução deste problema. -----

M<sup>a</sup> Lucília Coelho questionou, ainda, porque é que o assunto não tinha sido comunicado anteriormente, quando da convocatória, para análise por parte de todos os elementos da assembleia e quais as vantagens desta renúncia de direitos. A isto, o Presidente da Assembleia retorquiu que o mesmo não foi incluído nos assuntos da ordem do dia, porque na data da convocatória, ainda não tinha sido feita a reunião que despoletou o assunto, conforme os argumentos apresentados quando da apresentação da sua inclusão na ordem do dia e descritos na ata da reunião. -----

Em relação, à obra do Rossio, O Presidente da Assembleia, passou a explicar que o Rossio é propriedade da Irmandade, e os direitos usufruídos ao longo dos anos, conforme a sentença, deixaram de ter efeito a partir do momento que não existiam mais terrenos para venda e as infraestruturas de água e luz estavam perfeitamente definidas e estruturadas e caso não estivessem, com a realização da obra, estas passariam a constar do próprio projeto. Projeto este que dará uma maior dignidade ao espaço e uma maior possibilidade de usufruto às pessoas. Neste ponto, o Sr. Filipe Carlos, apresentou alguns argumentos que corroboram estas afirmações, através de fatos passados. Mais se afirmou que toda a análise do processo sofreu consulta jurídica e que em momento algum foram detetadas perdas de direitos atuais ou futuros com a possível proposta e execução da obra. -----

Após esta discussão a deputada, M<sup>a</sup> Lucília Coelho expressou a sua discordância do processo, demonstrando o seu desacordo com a tomada de decisão e com a execução do projeto em causa afirmando que não encontra benefícios para a população, no presente e no futuro. Aproveitou para questionar a Presidente da Junta, sobre o arranjo e pavimentação do corte efetuado na estrada junto à entrada das Freixedas. A Sr<sup>a</sup> Presidente da Junta informou que houve uma fuga de água, tendo alertado a edilidade em tempo útil, pelo que foi feito um corte localizado, aguardando-se neste momento pela consolidação do terreno e conclusão da obra por parte da Câmara Municipal. -----

Após a exposição destes assuntos passou-se ao ponto três da ordem de trabalhos: Intervenção do público, onde foi pedida a palavra pela deputada, M<sup>a</sup> Lucília Coelho, que propôs um voto de pesar em nome do Sr. Acácio, pelo seu percurso social e político nesta comunidade. O mesmo foi aceite por toda a Assembleia. Este assunto, ainda que abordado no início da reunião, foi incluído neste ponto por uma questão de organização e coerência com os pontos da reunião. -----



A Sr<sup>a</sup> Carina Cardoso solicitou da palavra, e questionou sobre se a minuta da ata com a renúncia dos direitos do Rossio foi entregue à Camara Municipal de Pinhel e quando foi entregue. A Presidente de Junta, Paula Pinheiro, respondeu que foi feito um registo da minuta da ata em questão e posteriormente foi entregue ao Sr. Padre Ricardo, no dia três de agosto, para fazer chegar ao Sr. Bispo da Diocese, que, por sua vez, elaborará uma credencial a ser remetida à Câmara Municipal de Pinhel a fim de ser marcada uma escritura entre esta entidade e a Irmandade. A partir daqui desconhece-se o tempo que levará, crendo, a Junta de Freguesia, que com a maior brevidade possível. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se por terminada a reunião, do dia trinta de setembro, pelas vinte e duas horas e trinta minutos, e para que todos os assuntos abordados constassem, lavrou-se a presente ata que depois de lida e aprovada irá ser assinada por todos os membros da Assembleia de Junta de Freguesia, presentes nesta reunião. -----

O Presidente: \_\_\_\_\_

A Secretária: \_\_\_\_\_

Vogal: \_\_\_\_\_

Vogal: \_\_\_\_\_

Vogal: \_\_\_\_\_

Vogal: \_\_\_\_\_